

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

| IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA  |                   |                                    |
|--|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta   | Processo          | Atividade / Procedimento           |
| <b>PR/2026/18660</b>   | <b>28250/2026</b> | <b>Proposta à Câmara Municipal</b> |
| Assunto do Processo  |                   |                                    |
| <b>Proposta à Câmara Municipal - Alteração à licença de edificação - Rua de Gens, lote 11, Freguesia de Mire de Tibães</b> |                   |                                    |
| Unidade Administrativa   |                   |                                    |
| <b>DU - [INTERNO]</b>  |                   |                                    |
| Propósito  |                   |                                    |
| <b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>   |                   |                                    |
| Órgão/Cargo que resolve  |                   |                                    |
| <b>Câmara Municipal de Braga</b>   |                   |                                    |

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

**Processo:** 11194/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

**Assunto do Processo:** Licenciamento de obras de edificação - 1/2022/1611/0 - Rua de São Gens 11 / 12 Mire de Tibães 4700-565 MIRE DE TIBÃES Portugal

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS**

O deferimento do pedido de Alteração de Licença de Edificação;

Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2026-E-RE-4872 de 27/02/2026, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização.

**O envio do processo à Divisão de Fiscalização para verificação dos muros de vedação.**

Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença..

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/18369 de 27 de Maio de 2026.

**RESOLUÇÃO**

Proceda-se nos termos da informação técnica que fundamenta a Admissão da Comunicação Prévia de alterações ao projeto de arquitetura (durante a execução da obra).

**Despachos**

- A 26/05/2026, Rita Joaquina Matias da Silva de Sousa Freire, na qualidade de Diretor de Departamento: "Concordo. Propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura ao abrigo do artigo 83º do Decreto-lei n.º555/1999 de 16 de dezembro na sua atual redação. Notifique-se a requerente a apresentar as especialidades. Simultaneamente solicita-se que a fiscalização se desloque ao local para verificação do que está executado e comunicação imediata aos serviços de urbanismo. Caso a obra não corresponda ao apresentado, a operação urbanística será objeto de vistoria nos termos do artigo 65º do Decreto-lei n.º555/1999 de 16 de dezembro na sua atual redação."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



---

**PROCESSO:** 11194/2025

**REGISTO DE ENTRADA:** 2026-E-RE-4872 **REQUERENTE:**

**LOCAL DA OBRA:** Rua de Gens, lote 11, Freguesia de Mire de Tibães

**ASSUNTO:** Alteração à licença de edificação

---

**1. PRETENSÃO E CONTROLO PRÉVIO APLICÁVEL**

- 1.1.** A requerente, através do requerimento registado com o n.º 2026-E-RE-4872 de 27/02/2026, apresenta um pedido de alteração da licença de edificação relativo à obra construção de edificação, que pretende levar a efeito no prédio sito na Rua de Gens, lote 11, Freguesia de Mire de Tibães, que incide sobre o prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga, sob o nº 1634/20220225, inscrito na matriz de natureza urbana sob os artigo nº 1718. A operação urbanística enquadra-se na alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**2. ANTECEDENTES:**

- 2.1.** Relativamente ao local da pretensão identificaram-se os seguintes antecedentes processuais:  
**2.2.** Alvará de Loteamento n.º 25/2006;

**3. INSTRUÇÃO DO PROCESSO:**

- 3.1.** A presente comunicação prévia de obras de edificação encontra-se devidamente instruída, de acordo com informação técnica da Divisão de Procedimentos Urbanísticos.

**4. ENQUADRAMENTO**

- 4.1.** Cumpre as prescrições definidas na alteração n.º 5, do Alvará de Loteamento n.º 25/2006, aprovado por despacho de 23/08/2023.  
**4.2.** Apresentam-se alterações durante a execução de obras ao Processo N.º 1611/222.  
**4.3.** Trata-se de projeto de alterações efetuadas em obra:  
- Pequenos ajustes em localização e dimensão de vãos em fachadas da habitação;  
- Os compartimentos em que os vãos foram suprimidos foram contemplados com ventilação e exaustão mecânica.  
**4.4.** Não altera a informação urbanística de nº. I/430891/DAT/2022 de 13/05/2022, e com despacho de 27/05/2022.  
**4.5.** A proposta das alterações poderá ser aceite.



**5. ANÁLISE REGULAMENTAR:**

- 5.1.** A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.
- 5.2.** O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei nº.163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor a atestar a conformidade da execução da operação urbanística com o Decreto e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, o que dispensa a Câmara da sua Apreciação prévia, nos termos do artigo 3º, nº. 2, da redação em vigor do referido diploma
- 5.3.** Conforme previsto na alínea a) do número 5 do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, a verificação dos requisitos mínimos de desempenho energético relativos às componentes da envolvente opaca e da envolvente envidraçada, definidos no projeto de arquitetura, é assegurada pelo técnico autor do Projeto de Arquitetura.
- 5.4.** O coordenador de projeto deverá assegurar os deveres enunciados no Artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho, com a especial relevância na compatibilização dos projetos da engenharia das especialidades com a imagem exterior proposta no projeto de arquitetura, quer na utilização de processos construtivos, quer na integração de equipamentos.
- 5.5.** Deverá ainda ser cumprido o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, na sua redação atual, diploma que disciplina o serviço de recetáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação.

**6. PROPOSTA DE DECISÃO:**

- 6.1.** Face ao atrás exposto propõe-se:
- 6.2.** O deferimento do pedido de Alteração de Licença de Edificação;
- 6.3.** Que se notifique o requerente das seguintes condições, do pedido que deu entrada através do requerimento sob o registo n.º 2026-E-RE-4872 de 27/02/2026, deverá o processo ser enviado para o serviço de taxas, para liquidação do alvará de legalização.
- 6.4.** **O envio do processo à Divisão de Fiscalização para verificação dos muros de vedação.**
- 6.5.** Nos termos do n.º 1, do artigo 74.º da redação em vigor do RJUE, dever-se-á informar o requerente que o recibo de pagamento das taxas legalmente devidas, constitui condição de eficácia da licença.

**DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE**

